



**CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (“Em Recuperação Judicial”)**

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração acerca das matérias constantes da ordem do dia das Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2013:

**Assembleia Geral Ordinária:**

***1. Tomada das contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2012.***

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2012, conforme divulgadas em 04 de abril de 2013 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, através do Sistema de Informações Periódicas (IPE) e no website da Companhia e a serem publicadas oportunamente nos jornais Brasil Econômico, O Liberal, Diário do Pará e Diário Oficial do Estado do Pará (as “Demonstrações Financeiras”).

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta, refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

***2. Deliberação sobre os resultados do exercício social encerrado em 31.12.2012.***

Tendo em vista o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não há proposta de destinação de resultados. Ainda assim, no Anexo II a esta proposta, apresentamos as informações exigidas pelo inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09.

***3. Fixação da remuneração global anual dos administradores, deliberando sobre proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de março de 2013.***

Propomos que a remuneração global máxima dos administradores para o exercício de 2013 seja fixada no montante global de até R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12 da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no Anexo III a esta proposta.

***4. Deliberação sobre a eleição de membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2013 e a fixação de sua remuneração.***



Indicamos os Srs. Sérgio Passos Ribeiro (suplente Felipe Sousa Bittencourt), Renato Moritz (suplente Carlos Eduardo Martins e Silva), Paulo Roberto Franceschi (suplente Vanderlei Dominguez da Rosa).

No que tange à remuneração global do Conselho Fiscal, propomos que seja fixada no montante de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo IV a esta proposta.

**5. Deliberação sobre a destituição de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia e eleição de novos membros.**

Os acionistas controladores da Companhia informaram que propõem a destituição dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia e a eleição dos seguintes membros:

- Ana Marta Horta Veloso;
- Armando de Souza Nascimento;
- Augusto Miranda da Paz Júnior;
- Carlos Augusto Leone Piani;
- Eduardo Haiama;
- Felipe Oppenheimer Pitanga Borges;
- Firmino Ferreira Sampaio Neto;
- José Guilherme Cruz Souza e
- Wilson Couto Oliveira

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo IV a esta proposta.



**ANEXO I**  
**Comentários dos Diretores da Companhia**  
**Item 10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)**

**10.1 Os diretores devem comentar sobre:**

**a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Empresa, Centrais Elétricas do Pará – CELPA (“Celpa” ou “Companhia”) tem como atividade a distribuição de energia elétrica no Estado do Pará com sede na cidade de Belém-PA.

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve uma redução de 0,3% em 2009, um crescimento de 7,5% em 2010, um crescimento de 2,7 % em 2011<sup>1</sup> e crescimento de 0,9% em 2012<sup>2</sup>. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) aumentou de 8,65% em 2009, considerando o último dia de cada ano, para 10,67% em 2010, aumentou para 10,91% em 2011 e reduziu para 7,25% em 2012.

A Companhia opera na região Norte do Brasil e o crescimento econômico nessa região pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento da economia no Estado do Pará, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesse Estado. O consumo de energia no Estado do Pará aumentou em média 4,5% ao ano, no período de 2007 a 2012. Em nossa área de concessão teve um aumento médio maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de 3,3%<sup>2</sup>.no mesmo período. Além disso, a Companhia acredita que esse estado possui um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo o Estado do Pará. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$26,7 bilhões, no Estado do Pará, distribuídos nos setores de logística, energia, social e urbano.

As receitas da Companhia provêm do segmento de distribuição de energia elétrica. A receita consolidada é dividida da seguinte forma: (i) 77,3% no fornecimento de energia elétrica; (ii) 21,7% receita de construção; (iii) 0,4% suprimento de energia elétrica; e (vi) 0,6% outras receitas. Essa receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS



(*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, visto a sua exata contrapartida no custo de operação.

<sup>1</sup> Fonte: [http://www.suapesquisa.com/geografia/economia\\_brasileira.htm](http://www.suapesquisa.com/geografia/economia_brasileira.htm)

<sup>2</sup> Fonte: <http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/Consumo%20nacional%20de%20energia%20e%20C3%A9trica%20por%20classe%20-%201995-2011.pdf>

**b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

O capital, totalmente integralizado, é de R\$518.932.1 milhões representado por 1.907.449.807 (um bilhão, novecentos e sete milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e oitocentas e sete) ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 1.902.996.369 (um bilhão, novecentos e dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, trezentas e sessenta e nove) ações ordinárias e 4.453.438 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentas e trinta e oito) ações preferenciais, divididas em 2.166.816 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentas e dezesseis) preferenciais Classe "A"; 1.085.373 (um milhão, oitenta e cinco mil, trezentas e setenta e três) preferenciais Classe "B"; e 1.201.249 (um milhão, duzentos e um mil, duzentas e quarenta e nove) preferenciais Classe "C".

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral e observadas às disposições legais e as do Estatuto:

- (a) criar novas classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classe existente sem guardar proporção com as demais espécies e classes, sendo que as ações emitidas poderão ser resgatáveis ou não e ter ou não valor nominal, nos termos do artigo 11, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76;
- (b) emitir debêntures, bônus de subscrição e quaisquer outros títulos, nas condições a serem fixadas pela Assembleia;
- (c) deliberar o resgate ou a amortização de ações ou de classes de ações, determinando as condições e o modo de proceder-se à operação.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações, bem como na emissão de debêntures ou outros títulos conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Sem prejuízo do disposto acima, os aumentos de capital decorrentes de conversão de debêntures em ações, cuja emissão tenha sido aprovada em Assembleia Geral, serão averbados pela Diretoria, mediante ata de reunião arquivada no Registro do Comércio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, e consolidados anualmente na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária.

A Companhia poderá autorizar a instituição depositária das ações a cobrar do acionista os custos dos serviços de transferência da propriedade das ações escriturais e demais atos de registro e averbação, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A instituição depositária deverá realizar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido do acionista, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, e fornecerá aos acionistas extratos da conta de depósito das ações escriturais, na forma da lei.

Nos casos de reembolso de ações, previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido das ações, de acordo com o último balanço aprovado por Assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos.



Se a deliberação da Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor do reembolso calculado com base no último balanço e, levantado balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 2,6% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 97,4% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

#### **- Hipóteses de Resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

#### **- Fórmula de Cálculo do Valor de Resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

#### **c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Considerando o perfil de longo prazo do endividamento da Emissora, resultado das renegociações e novações advindas do Plano de Recuperação Judicial, a Emissora pretende honrar seus compromissos financeiros, de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez a Emissora acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso a Emissora entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ mil)	2012	2011	2010
Empréstimos, financiamento e encargos	1.892.984	1.936.654	1.594.879
Total de Disponibilidade(1)	431.889	208.756	457.209
Sub-rogação CCC	211.699	175.829	138.509
Dívida Líquida(2)	1.249.396	1.552.069	999.161

(1) Disponibilidades é a soma dos itens "numerário disponível" e "aplicações no mercado aberto".

(2) Dívida líquida é a diminuição do item empréstimos, financiamentos e debêntures menos a disponibilidade a sub-rogação CCC.

#### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a principal fonte de financiamento para os projetos de investimento da Emissora é o BNDES e a Eletrobrás, que usualmente oferece taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamentos compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a Emissora poderá recorrer ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

#### **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**



A Companhia recorrerá às instituições financeiras de primeira linha para contratar operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento total em aberto da Emissora era de R\$1.893,0 milhões, dos quais 34,5% (R\$652,9 milhões) eram em moeda estrangeira. O endividamento total em aberto da Emissora, deduzido do caixa, disponibilidades e sub-rogação CCC, no montante de R\$643,6 milhões, atinge R\$1.249,4 milhões.

Do valor total do endividamento acima, 21,1% (R\$400,0 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 78,9% (R\$1.493,0 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da Companhia nos períodos em referência:

<b>Dívidas (R\$ milhões)</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>588,6</b>	<b>1.256,6</b>	<b>400,0</b>
<i>Moeda Estrangeira</i>	67,7	597	92,5
<i>Moeda Nacional</i>	520,9	659,6	307,5
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.006,30</b>	<b>680,00</b>	<b>1.493,00</b>
<i>Moeda Estrangeira</i>	124,7	5,5	560,4
<i>Moeda Nacional</i>	881,60	674,50	932,60
<b>Total Geral</b>	<b>1.594,90</b>	<b>1.936,60</b>	<b>1.893,00</b>

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$1.893 milhões. Esse saldo, líquido do caixa e aplicações e sub-rogação CCC era de R\$1.249 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice “dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido”, o resultado em 31 de dezembro de 2012 foi de 91%.

(R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2010
Dívida financeira líquida	1.249.396	1.552.069	999.161
Patrimônio líquido	116.369	500.497	891.659
Índice de endividamento	0,91	0,68	0,53

**Definições:**

Dívida Financeira Líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos caixa e aplicações e ativos de sub-rogação CCC.

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.

Índice de endividamento – significa a dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida



mais patrimônio líquido.

**Índice de endividamento =** 
$$\frac{\text{Divida Financeira Líquida}}{(\text{Divida Financeira Líquida} + \text{Patrimônio Líquido})}$$

#### **i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

##### **Financiamentos Relevantes**

Destacamos abaixo as principais operações de endividamento contratadas:

- **Recuperação Judicial:** Com a aplicação do Plano de Recuperação Judicial, as operações de empréstimos e financiamentos da Emissora passaram ou passarão por processo de novação e repactuação. Em 31/12/2012, as operações de empréstimos e financiamentos em Recuperação Judicial totalizaram um saldo de R\$1.505,3 milhões. Dentre as operações renovadas ou a serem renovadas, destacamos abaixo as consideradas como relevantes:
  - **Eletrobrás:** crédito no valor de R\$423,5 milhões. Será amortizado a partir de março de 2027 em parcelas semestrais, vencendo-se a última parcela em setembro de 2034, com encargo de 8,5% a.a.
  - **Banco da Amazônia:**
    - Crédito com Garantia Real em R\$, no valor R\$83,1 milhões. Será amortizado mensalmente a partir de setembro de 2021, vencendo-se a última em agosto de 2026 com encargo do FNO, que em 31 de dezembro de 2012 foi de 10% a.a.
    - Crédito como Credor Financeiro em R\$ sem Recebíveis Vinculados no valor de R\$40,9 milhões. Será amortizado a partir de setembro de 2029 em parcelas semestrais, vencendo-se a última parcela em setembro de 2034, com atualização de IGP-M para o principal e encargo de 1% a.a.
  - **Bondholders representados pelo Banco of New York Mellon:** Credores Financeiros em US\$ no valor de US\$256,1 milhões. Quando for novado e transformado para dívida em R\$, será amortizado da seguinte forma: 17,5% amortizado em dezembro de 2013, com juros de CDI + 1,5% a.a. e a parcela remanescente e será amortizada anualmente em parcelas iguais a partir de setembro de 2034, vencendo-se a última parcela em setembro de 2043.
  - **BID:** crédito com Garantia Real em US\$ no valor de US\$59,6 milhões. Será amortizado trimestralmente em parcelas iguais, vencendo-se a primeira no último dia de setembro de 2021 e a última em junho de 2026, com encargo máximo de 5,38% a.a.
- **Eletrobrás:** em 31 de março de 2010, foi assinado pela Emissora junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2812/2010. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.
- **Itaú BBA:** em 14 de novembro de 2012, foi assinado pela Emissora junto ao Banco Itaú, operação de Capital de Giro, de valor total de R\$50,0 milhões, liberados em 19 de novembro de 2012, com liquidação prevista para 19 de fevereiro de 2013, com juros de CDI+1,30% a.a.



- **Outras Operações:** em 29 de novembro de 2012, a Emissora emitiu Notas Promissórias no montante total de R\$250,0 milhões, por meio da CETIP S.A, tendo na condição de banco mandatário, o Itaú BBA. Sobre o valor das notas incidirá juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada do CDI, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,75% a.a.

Por fim, as operações acima contratadas e/ou repactuados pelo Plano de Recuperação Judicial tiveram por objetivo financiar os planos de investimentos da Emissora e reforço de capital de giro.

#### **g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não aplicável

#### **h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

### **Resultados Operacionais**

#### **Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2012 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011**

<sup>3</sup> O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculados pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

<sup>4</sup> "EBITDA" significa, para qualquer período, o montante equivalente à soma de lucro líquido consolidado do período, positivo, na medida em deduzidos no cálculo, tais Renda Líquida Consolidada:

(A) despesas financeiras líquidas consolidadas;

(B) resultado consolidado e contribuição social;

(C) depreciação e amortização consolidados e

(D) Outras receitas (despesas).

#### **Receita Operacional Bruta**

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 0,3%, passando de R\$3.376,3 milhões em 2011 para R\$3.385,4 em 2012. Esse aumento modesto foi decorrente principalmente da redução do custo de construção em 36,5% entre o ano de 2011 e 2012. Retirando-se, portanto, os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 10,5%, passando de R\$2.641,8 milhões em 2011 para R\$2.919,2 milhões em 2012.

#### **Custo do Serviço**

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$1.233,1 milhões em 2012, portanto, 27,8% acima dos R\$965,1 milhões verificados em 2011. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de 8,3% nos GWh comprados para revenda, que passaram de 8.784 GWh em 2010 para 9.517 GWh em 2011, (ii) aumento de 4,5% no preço médio de compra (R\$gastos com compra de energia divididos pelo GWh vendidos), e (iii) aumento de 12,5% no custo do encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

#### **Custo e Despesas da Operação**





Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$440,1 milhões em 2012, representando um aumento de 32,2% em relação aos R\$332,9 milhões de 2011. Os principais fatores que influenciaram tal aumento foram: (i) a conta de Pessoal que sofreu aumento de 48,9% durante os anos de 2011 e 2012 e (ii) a conta de Outros que foi aumentada em mais de R\$ 32 milhões.

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas aumentaram 145,8% (ou R\$482,4 milhões), passando de R\$330,8 milhões em 2011 para R\$813,2 milhões em 2012, principalmente devido ao (i) aumento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perda com Créditos Incobráveis. As provisões líquidas mencionadas passaram de R\$34,4 milhões em 2011 para R\$272,0 milhões em 2012, demonstrando um aumento de 690,6%; (ii) aumento de 80,7% das despesas administrativas entre os anos de 2011 e 2012, passando de R\$112,1 milhões em 2011 para R\$206,6 em 2012; (iii) aumento de Outras Despesas em 70,5% em 2011 e 2012, passando de R\$72,2 milhões em 2011 para R\$123,0 em 2012 e (iv) aumento de Provisão para Processos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas em 184,3%, passando de R\$33,0 milhões em 2011 para R\$93,9 milhões em 2012.

#### *EBITDA*

Como consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia passou de R\$219,2 milhões em 2011 para -R\$473,3 milhões em 2012, representando uma redução de R\$692,5 milhões na comparação anual.

#### *Resultado Financeiro*

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$489,2 milhões em 2011 para uma despesa de R\$205,7 milhões em 2012, representando um aumento de 57,9% (R\$283,3 milhões). A rubrica que influenciou esse aumento foi o aumento das Receitas Financeiras em 89,3%, passando de R\$299,1 em 2011 para R\$566,4 em 2012.

#### *Resultado Líquido*

Como consequência dos itens analisados acima, o resultado líquido do exercício de 2012 foi um prejuízo de R\$747,3 milhões, em relação a um prejuízo de R\$391,2 milhões em 2011.

### **Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010**

#### *Receita Operacional Bruta*

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 14,4%, passando de R\$2.952,1 milhões em 2010 para R\$3.376,3 em 2011. Esse aumento foi principalmente decorrente de: (i) crescimento do mercado de venda de energia elétrica em 2,8%, (ii) aumento de 6,6% no preço médio de venda ao consumidor final (receita obtida dos consumidores finais dividida pelos MWh vendidos a esses mesmos consumidores), e (iii) aumento de 50,3% na receita de construção, que passou de R\$488,8 milhões em 2010 para R\$734,6 milhões em 2011. Vale acrescentar que essa receita é parte dos efeitos da adoção do IFRS (International Financial Report Standard), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2010 quanto para 2011) aparecem no custo de operação, resultando em efeito nulo no resultado operacional da companhia. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 7,2%, passando de R\$2.463,3 milhões em 2010 para R\$2.641,7 milhões em 2011.



#### *Custo do Serviço*

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$965,1 milhões em 2011, portanto, 13,2% acima dos R\$852,8 milhões verificados em 2010. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de 8,3% nos GWh comprados para revenda, que passaram de 8.784 GWh em 2010 para 9.517 GWh em 2011, (ii) aumento de 4,5% no preço médio de compra (R\$gastos com compra de energia divididos pelo GWh vendidos), e (iii) aumento de 12,5% no custo do encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

#### *Custo e Despesas da Operação*

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$1.067,5 milhões em 2011, representando um aumento de 27,1% em relação aos R\$840,0 milhões de 2010. No entanto, para uma correta análise, faz-se necessária a exclusão de alguns itens que compõem o custo da operação, tais como: (i) matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica, (ii) subvenção CCC, e (iii) custo de construção, porém serem compulsórios, exógenos ou derivados da adoção do IFRS, sem efeito real sobre o resultado operacional. Assim, retirando-se o efeito desses itens, o custo da operação passou de R\$321,4 milhões em 2010 para R\$387,8 milhões em 2011, representando um aumento de 20,6% (R\$66,4 milhões), influenciado pelas seguintes itens: (i) aumento de 81,5% (R\$35,4 milhões) no custo de pessoal principalmente devido ao custo não recorrente do exercício de 2010, da mão de obra alocada nos investimentos do período, (ii) aumento de 5,6% (R\$9,1 milhões) nos serviços de terceiros em razão dos reajustes anuais dos contratos (a inflação medida pelo IGPM foi de 5,1% entre 2010 e 2011), e (iii) aumento de 15,5% (R\$17,6 milhões) na depreciação e amortização.

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas aumentaram 52,3% (ou R\$113,6 milhões), passando de R\$217,2 milhões em 2010 para R\$330,8 milhões em 2011, principalmente devido a (i) constituição de PDD na rubrica despesas com vendas. As provisões líquidas de reversão, nessa rubrica, passaram de R\$15,3 milhões em 2010 para R\$34,4 milhões em 2011; e (ii) aumento de R\$94,4 milhões no item outras despesas operacionais, composto principalmente de: (a) aumento de R\$35,5 milhões nas provisões; (b) aumento de R\$41,7 milhões nas perdas na desativação de bens e direitos; e (c) aumento de R\$19,5 milhões na perda no valor recuperável. É importante ressaltar que, antes da adoção do IFRS, os itens de perdas na desativação de bens e direitos e perda no valor recuperável, eram classificados com resultados não operacionais.

#### *EBITDA*

Como consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia passou de R\$328,4 milhões em 2010 para R\$283,2 milhões em 2011, representando uma redução de 13,8% (ou R\$45,2 milhões).

#### *Resultado Financeiro*

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$328,8 milhões em 2010 para uma despesa de R\$489,0 milhões em 2011, representando um aumento de 48,7% (R\$160,2 milhões). As rubricas que mais influenciaram esse aumento foram: (i) aumento de 37,7% (R\$53,7 milhões) nas despesas com encargos de dívidas, em razão do aumento do endividamento financeiro, e (ii) aumento de R\$92,8 milhões na variação monetária líquida (receita menos despesa), que gerou uma despesa de R\$20,9 milhões em 2010 e R\$113,7 milhões em 2011, e (iii) aumento de 46,5% (R\$64,5 milhões) em juros e multas, especialmente devido a multas regulatórias. O aumento das despesas financeiras, no entanto, foram parcial e positivamente compensadas pela redução das despesas de swap que, líquidas (receita menos despesa) passaram de uma despesa de R\$69,9 milhões em 2010 para uma despesa de R\$15,3 milhões em 2011, representando uma redução de R\$54,6 milhões.



### *Resultado Líquido*

Como consequência dos itens analisados acima, o resultado líquido do exercício de 2011 foi um prejuízo de R\$391,2 milhões, em relação a um prejuízo de R\$100,7 milhões em 2010.

### **Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrados em 31 de dezembro de 2010 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009**

#### *Receita Operacional Bruta*

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 28,8%, passando de R\$2.292,1 milhões em 2009 para R\$2.952,1 em 2010. Esse aumento foi decorrente do crescimento do mercado de venda de energia elétrica em 10,3%, da variação de 10,8% na tarifa média de fornecimento de energia elétrica ao consumidor final e aumento de 181,2% na receita de construção, que passou de R\$173,8 milhões em 2009 para R\$488,8 milhões em 2010. Vale acrescentar que essa receita é parte dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real sobre o aumento da receita, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2009 quanto para 2010) aparecem no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 16,3%, passando de R\$2.118,5 milhões em 2009 para R\$2.463,3 milhões em 2010.

#### *Custo do Serviço*

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$852,8 milhões em 2010, portanto, 15,2% acima dos R\$740,3 milhões verificados em 2009. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: i. aumento de 3,8% na energia comprada para atendimento ao aumento da demanda (8.463 GWh em 2009 e 8.784 GWh em 2010); ii. aumento de 12,7% no preço médio para compra de energia; e iii. aumento de 3,5% nos custos dos encargos de uso do sistema.

#### *Custo e Despesas da Operação*

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$840,0 milhões em 2010, representando um aumento de 82,8% em relação aos R\$459,4 milhões de 2009. No entanto, para uma correta análise, o custo de construção deve ser excluído desses totais, uma vez que existem as respectivas contrapartidas (em 2009 e 2010) contabilizadas como receita. Assim, retirando-se esses efeitos, o custo de operação passou de R\$285,6 milhões em 2009 para R\$351,2 milhões em 2010, representando um aumento de 23,0%, influenciado principalmente pelo aumento de R\$54,7 milhões no custo de matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica. Já as despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais e administrativas, aumentaram apenas 0,9%, passando de R\$214,0 milhões em 2009 para R\$216,1 milhões em 2010.

#### *EBITDA*

O EBITDA da companhia, que compreende o resultado do serviço acrescido da amortização, depreciação e perdas na alienação e desativação de bens e direitos, passou de R\$284,4 milhões em 2009 para R\$328,4 milhões em 2010, representando um aumento de 15,5%. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo aumento da receita operacional líquida, já deduzida dos efeitos da receita de construção (que não influencia no EBITDA), indicando que os custos e despesas operacionais cresceram na mesma proporção da receita.



#### *Resultado Financeiro*

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$84,3 milhões em 2009 para uma despesa de R\$328,8 milhões em 2010, representando um aumento de R\$244,5 milhões de um período para o outro. As duas rubricas que mais influenciaram esse aumento foram:

- Variação monetária líquida (receita menos despesa) que passou de um resultado positivo (receita) de R\$94,2 milhões em 2009 para um resultado negativo (despesa) de R\$20,9 milhões em 2010, representando uma variação de R\$115,1 milhões, o principal fator impactante deste resultado foi o aumento do endividamento financeiro em 39,1% (R\$453,1 milhões).

- Redução de encargos financeiros oriundos dos parcelamentos de impostos, Lei 11.941/2009. Em 2009, foi registrado uma receita não recorrente de R\$134,6 milhões, devido ao benefício fiscal decorrente de parcelamento de tributos.

#### *Resultado Líquido*

Como consequência dos itens analisados acima, o resultado líquido do exercício em 2010 foi de um prejuízo de R\$100,7 milhões em relação ao lucro de R\$88,1 milhões em 2009.

#### **Principais Alterações nas Contas Patrimoniais**

##### **Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 comparados com 31 de dezembro de 2011**

#### *Ativo Circulante*

O Ativo Circulante atingiu em 2012 o montante de R\$1.318,1, 14,6% superior ao valor informado em 2011, de R\$1.150,7. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

#### *Caixa e Equivalentes de Caixa*

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$431,9 milhões, comparados a R\$208,8 milhões, em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento, de 106,9% (R\$223,1 milhões), é principalmente devido ao aumento de capital da Equatorial na CELPA no valor de R\$350 milhões.

#### *Bloqueios Judiciais*

São depósitos pertencentes à Companhia, entretanto, estão bloqueados devido à Recuperação Judicial. Estes não foram reconhecidos em 2011, mas acumularam R\$ 63,7 milhões em 2012.

#### *Aquisição de Combustível – Conta CCC*

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a conta CCC da companhia era de R\$153,4 milhões e R\$93,0 milhões, respectivamente, representando um aumento de 64,9% (R\$60,3 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

#### *Ativo Realizável a Longo Prazo*



O Ativo Realizável a Longo Prazo atingiu em 2012 o montante de R\$3.145,4 milhões, 1,3% inferior ao valor informado em 2011, de R\$3.207,5. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

#### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2011, o realizável a longo prazo da companhia contabilizou R\$115,5 milhões, entretanto, em 2012, o montante relativo à partes relacionadas foi igual a zero.

#### *Impostos e Contribuições Sociais a Compensar*

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de impostos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$89,8 milhões, no entanto em 2012, o valor correspondente foi nulo.

#### **Passivo Circulante**

O Passivo Circulante atingiu em 2012 o montante de R\$1.351,4, 42,3% inferior ao valor informado em 2011, de R\$2.342,5. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

#### *Empréstimos, Financiamentos e Encargos*

Os empréstimos, financiamentos e encargos da Companhia totalizaram R\$308,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$1.256,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 75,5% (R\$948,6), principalmente relacionada à aprovação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

#### *Indenização Trabalhista*

Em 31 de dezembro de 2012, as provisões para indenizações trabalhistas da companhia referentes a acordos judiciais em ações trabalhistas totalizaram R\$153,0 milhões, comparado aos R\$66,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de R\$129,8 milhões devido a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

#### **Passivo Exigível a Longo Prazo**

O Passivo Realizável a Longo Prazo atingiu em 2012 o montante de R\$3.046,2 milhões, 101,1% superior ao valor informado em 2011, de R\$1.515,1. As principais rubricas que influenciaram este aumento são:

#### *Empréstimos, Financiamentos e Encargos*

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da Companhia totalizaram R\$1.061,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$680,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 56,1% (R\$381,2), decorrente, principalmente, da aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

#### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2012, o realizável a longo prazo da companhia totalizou R\$683,1 milhões, comparados aos R\$176,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento foi de 287,7% ou R\$586,9 milhões na comparação anual.



#### *Indenização Trabalhista*

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo das provisões para indenizações trabalhistas da Companhia totalizaram R\$227,3 milhões, 371,2% superior ao saldo encontrado em 2011, de R\$48,2 milhões.

#### **Patrimônio Líquido**

Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido foi de R\$65,9 milhões, comparados aos R\$500,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução foi bastante significativa, de 86,8% ou R\$434,6 milhões entre 2011 e 2012. Tal redução pode ser explicada pelos prejuízos acumulados do ano de 2012 terem sido muito superiores ao aporte de R\$350,0 milhões. Os prejuízos acumulados em 2012 atingiram o montante de R\$1.088,8 milhões enquanto que em 2011, o montante era de R\$373,4 milhões, um aumento correspondente a 191,6%.

#### **Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 comparados com 31 de dezembro de 2010**

##### **Ativo Circulante**

###### *Caixa e Equivalentes de Caixa*

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$208,8 milhões, comparados a R\$457,2 milhões, em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 54,3% (R\$248,4 milhões) é devido principalmente a utilização dos recursos provenientes do Fundo FIGTS – capitalização na holding Empresa de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A. – para investimentos no Plano de Melhorias da companhia.

###### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de consumidores foi de R\$627,6 milhões, comparados com R\$607,7 milhões, em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento, pouco significativo, que consta líquido da provisão da perda no valor recuperável é de 3,3% (R\$19,9 milhões) que ocorreu principalmente em virtude do aumento da classe residencial de R\$68,0 e redução da classe serviço público de R\$11,5 milhões além do aumento de R\$34,4 milhões referente à provisão de perdas motivadas pelas questões sociais e econômicas do Estado do Pará.

###### *Impostos e Contribuições Sociais a Compensar*

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de impostos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$57,8 milhões, comparado aos R\$61,8 milhões de 31 de dezembro de 2010. Tal redução de 6,5% (R\$4,0 milhões) ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$4,0 milhões referentes ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado que será recuperado em até 48 meses; e (ii) redução de R\$4,0 milhões, referentes ao saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, que foram utilizados como crédito tributário.

###### *Aquisição de Combustível – Conta CCC*

Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a conta CCC da companhia era de R\$93,0 milhões e R\$67,9 milhões, respectivamente, representando um aumento de 37,0% (R\$25,1 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

###### *Outros*



Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta Outros era de R\$103,8 milhões, comparados aos R\$92,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. O que representa um aumento de 12,8% (R\$11,8 milhões), Tal aumento ocorreu principalmente pelas desativações em curso de R\$14,5 milhões, custos de geração térmica R\$19,5 milhões e a redução significativa nos títulos e valores mobiliários de R\$22,1 milhões.

#### **Ativo Realizável a Longo Prazo**

##### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de consumidores era de R\$20,4 milhões, comparados aos R\$26,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, o que representa uma redução de 23,6% (R\$6,3 milhões), Tal redução ocorreu basicamente pela transferência de saldos para o curto prazo.

##### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2011, o realizável a longo prazo da companhia contabilizou R\$115,5 milhões, comparados aos R\$108,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de 6,8% (R\$7,4 milhões) foi pelo aumento do saldo a receber da companhia relacionada Rede Power do Brasil S.A referente à alienação de bens e direitos.

##### *Impostos e Contribuições Sociais a Compensar*

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de impostos e contribuições sociais a compensar correspondiam, a R\$90,4 milhões, comparado aos R\$82,3 milhões de 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de 9,8% (R\$8,1 milhões) ocorreu principalmente devido a crédito tributário de Cofins de R\$10,0 milhões originário de revisão do REFIS referente a depósitos judiciais relativos ao período de setembro/1998 a janeiro/1999, não convertidos em renda na consolidação do REFIS liquidado em setembro/2006.

##### *Sub-rogação da CCC*

O total da Sub-rogação CCC em 2011 foi de R\$175,8 milhões, o que representa um aumento de 26,9% (R\$37,3 milhões) em relação aos R\$138,5 milhões de 2010, Esse aumento refere-se à liberação do Investimento decorrente do valor adicional aprovado pelo Aneel para 1º fase da implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – S/N, proporcionando a redução do dispêndio da CCC.

##### *Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão*

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2011 foi de R\$2.677,1 milhões, o que representa um aumento de 14,9% (R\$348,1 milhões) em relação aos R\$2.329,0 milhões de 2010, Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude do aumento de R\$182,2 no ativo financeiro, que é a parte do imobilizado que não será amortizada durante o período da concessão e R\$165,8 referente aos Investimentos em Expansão e Melhoria do Sistema (Linhas, redes e subestações) no período.

#### **Passivo Circulante**

##### *Fornecedores*



Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de fornecedores era de R\$325,5 milhões, comparados aos R\$242,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 34,2% (R\$83,0 milhões), devido basicamente ao aumento de R\$54,2 milhões de suprimento de energia elétrica e R\$25,2 milhões de aquisição de combustível.

#### *Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos*

Os impostos, contribuições sociais e parcelamentos da companhia totalizaram R\$350,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$211,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 65,8% (R\$139,2 milhões). Esse incremento foi devido ao aumento dos impostos correntes em R\$73,7 milhões, basicamente em razão do faturamento, e aumento nos parcelamentos de impostos em R\$65,5 milhões.

#### *Empréstimos, Financiamentos e Encargos*

Os empréstimos, financiamentos e encargos da companhia totalizaram R\$1.250,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$588,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 112,4% (R\$665,9), principalmente devido ao aumento de (i) aumento de R\$472,6 milhões no saldo de curto prazo dos bônus, devido a reclassificação desses empréstimos para o curto prazo, em razão da Recuperação Judicial da companhia; (ii) aumento de R\$240,8 milhões no saldo do BNDES, também devido a reclassificação desse empréstimos, para o curto prazo.

#### *Indenização Trabalhista*

Em 31 de dezembro de 2010, as provisões para indenizações trabalhistas da companhia referentes a acordos judiciais em ações trabalhistas relacionadas a valores cobrados por conta do Plano Bresser e dos Planos de Classificação de Cargos e Salários - PCCS totalizaram R\$118,4 milhões, comparado aos R\$78,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$40,4 milhões devido a transferência de saldo do longo para o curto prazo.

#### **Passivo Exigível a Longo Prazo**

##### *Tributos Diferidos*

Os tributos diferidos totalizaram R\$180,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de R\$26,3 milhões em relação aos R\$207,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação de 12,7% foi devida principalmente aos encargos tributários sobre reserva de reavaliação no valor de R\$17,2 milhões e às diferenças temporárias referente aos passivos regulatórios totalizando uma redução de R\$9,0 milhões conforme determina a legislação brasileira.

##### *Empréstimos, Financiamentos e Encargos*

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da companhia totalizaram R\$680,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. Houve uma redução de R\$326,2 milhões em comparação aos R\$1.006,2 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2010. Tal redução de 32,4%, Essa redução foi influenciada, principalmente, pelas reclassificações das dívidas para o curto prazo, conforme já comentado no parágrafo dos “empréstimos, financiamentos, arrendamento financeiro e debêntures” de curto prazo.

##### *Empresas Relacionadas*





Em 31 de dezembro de 2011, o exigível a longo prazo da companhia totalizou R\$176,2 milhões, comparados aos R\$136,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de 29,2% (R\$39,8 milhões) decorreu principalmente do contrato multilateral de mútuo com Centrais Elétrica Matogrossenses S.A.-Cemat no valor de R\$36,3 milhões.

#### *Indenização Trabalhista*

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo das provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes a acordos em ações trabalhistas relacionadas ao Plano Bresser e ao PCCS, citadas anteriormente, foram transferidas as parcelas para o curto prazo devido seu vencimento ser em até 12 meses.

#### *Patrimônio Líquido*

Em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido foi de R\$500,5 milhões, comparados aos R\$891,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal redução de 43,9% (R\$391,2 milhões) foi principalmente devido aos prejuízos acumulados totalizando uma variação de R\$357,7 milhões.

### **Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 comparados com 31 de dezembro de 2009**

#### ***Ativo Circulante***

##### *Caixa e Equivalentes de Caixa*

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$457,2 milhões, comparados a R\$195,4 milhões, em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 134,0% (R\$261,8 milhões) é devido principalmente a entrada de recursos provenientes do Fundo FI-FGTS – capitalização na holding Empresa de Energia Elétrica Vale Parapanema S.A. –, captação de recursos juntos ao BNDES para investimentos no Plano de Melhorias da companhia, e recursos da Eletrobrás para investimentos no Programa Luz Para Todos.

##### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de consumidores foi de R\$607,7 milhões, comparados com R\$431,4 milhões, em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 40,9% (R\$176,3 milhões) ocorreu principalmente em virtude do aumento do faturamento, e aumento da inadimplência devido a questões sociais e econômicas do Estado do Pará bem como o aumento de R\$15,4 milhões referente a provisão de perdas principalmente em virtude do aumento de R\$11,4 milhões na classe residencial, aumento de R\$9,6 milhões na classe industrial, e diminuição de R\$3,9 milhões na classe comercial.

##### *Impostos, Contribuições Sociais a Compensar*

Em 31 de dezembro de 2010, o montante de impostos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$61,8 milhões, comparado aos R\$83,1 milhões de 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 25,6% (R\$21,3 milhões) ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$12,5 milhões referentes ao PAEX (a companhia pleiteou uma revisão de valores incluídos no parcelamento de tributos, instituído pela Lei 11.941/09, a fim de excluir débitos consolidados em



duplicidades. A decisão foi favorável e, portanto, o montante de R\$12,5 milhões foi retirado do ativo e também da sua contrapartida no passivo); e (ii) redução de R\$11,5 milhões, referentes ao saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, que foram utilizados como crédito tributário.

#### *Aquisição de Combustível – Conta CCC*

Em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, a conta CCC da companhia era de R\$67,9 milhões e R\$72,5 milhões, respectivamente, representando uma redução de 6,3% (R\$4,6 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

### **Ativo Realizável a Longo Prazo**

#### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de consumidores era de R\$26,7 milhões, comparados aos R\$33,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representa uma redução de 21,1% (R\$7,1 milhões), basicamente pela transferência de saldos para o curto prazo.

#### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2010, o realizável a longo prazo da companhia contabilizou R\$108,1 milhões, comparados aos R\$622,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 82,6% (R\$514,2 milhões) foi devido ao recebimento de R\$406,9 milhões de sua controladora QMRA Participações S.A. e recebimento de R\$112,1 milhões da holding Rede Energia S.A.. Essa amortização foi realizada com recursos provenientes do Fundo FI-FGTS.

#### *Impostos e Contribuições Sociais Diferidos*

Em 31 de dezembro de 2010, os créditos tributários diferidos da companhia totalizaram R\$89,8 milhões, comparados aos R\$110,1 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 18,5% (R\$20,3 milhões) é decorrente basicamente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para a quitação de juros e multas autorizado pelo parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09.

#### *Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão*

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2010 foi de R\$2.329,0 milhões, o que representa um aumento de 8,3% (R\$179,1 milhões) em relação aos R\$2.149,9 milhões de 2009, principalmente devido à variação de R\$95,8 milhões no ativo financeiro, que é a parcela indenizável ao final da concessão

### **Passivo Circulante**

#### *Fornecedores*



Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de fornecedores era de R\$242,5 milhões, comparados aos R\$219,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 10,6% (R\$23,2 milhões), devido basicamente ao aumento do suprimento de energia elétrica e respectivos encargos para atendimento aos consumidores.

#### *Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos*

Os impostos, contribuições sociais e parcelamentos da companhia totalizaram R\$211,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$178,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 18,5% (R\$33,0 milhões). Esse incremento foi devido ao aumento dos impostos correntes em R\$15,2 milhões, basicamente em razão do do faturamento, e aumento nos parcelamentos de impostos em R\$17,8 milhões.

#### *Empréstimos, Financiamentos e Encargos*

Os empréstimos, financiamentos e encargos da companhia totalizaram R\$588,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$424,7 milhões, representando um aumento de 38,6% (R\$164,0), principalmente devido ao aumento de R\$8,9 milhões no saldo com a Eletrobrás (LPT e Universalização) e aumento de R\$161,6 milhões no capital de giro.

#### *Indenização Trabalhista*

Em 31 de dezembro de 2010, as provisões para indenizações trabalhistas da companhia referentes a acordos judiciais em ações trabalhistas relacionadas a valores cobrados por conta do Plano Bresser e do Planos de Classificação de Cargos e Salários - PCCS totalizaram R\$78,1 milhões, comparado aos R\$76,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$1,5 milhão devido a transferência de saldo do longo para o curto prazo.

#### **Passivo Exigível a Longo Prazo**

##### *Empréstimos, Financiamentos e Encargos*

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da companhia totalizaram R\$1.006,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Houve um aumento de R\$270,9 milhões em comparação aos R\$735,3 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 36,8%, refletiu principalmente: (i) incremento de R\$140,4 milhões no saldo com o BNDES, para investimentos; (ii) aumento de R\$99,4 milhões no saldo da Eletrobrás (IRD, LPT, Universalização); (iii) aumento de R\$94,1 milhões no capital de giro; e (iv) redução de R\$58,9 milhões no saldo do BID, devido a amortização do principal e variação cambial (ganho do real frente ao dólar).

##### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2010, o exigível a longo prazo da companhia totalizou R\$136,4 milhões, comparados aos R\$94,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 44,7% (R\$42,1 milhões) decorreu principalmente da apropriação de juros no exercício e empréstimos perante as coligadas da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins, Companhia Nacional de Energia Elétrica e Companhia Força e Luz do Oeste que, juntas, somaram R\$58,3 milhões, compensado pelo recebimento de R\$18,5 milhões da coligada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.

##### *Indenização Trabalhista*



Em 31 de dezembro de 2010, as provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes a acordos em ações trabalhistas relacionadas ao Plano Bresser e ao PCCS, citadas anteriormente, totalizaram R\$98,0 milhões, comparados aos R\$157,3 milhões de 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 37,7% (R\$59,3 milhões) ocorreu devido às transferências de parcelas para o curto prazo a serem pagas nos próximos 12 meses com vencimento.

#### *Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação*

Os encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo da companhia totalizaram R\$197,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um decréscimo 8,1% (R\$17,4 milhões), em relação aos R\$214,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa diminuição foi devido à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

#### *Patrimônio Líquido*

Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido foi de R\$891,7 milhões, comparados aos R\$992,4 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 10,2% (R\$100,7 milhões) foi principalmente devido a redução da reserva de reavaliação em R\$33,8 milhões, redução das reservas de capital e lucro em R\$51,3 milhões, e prejuízo acumulado de R\$15,7 milhões.



## **10.2 Os diretores devem comentar:**

### **a. resultados das operações do emissor, em especial:**

#### **i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da CELPA é, em sua maior parte, oriunda da venda de energia elétrica aos consumidores finais no Estado de Pará, que por sua vez são subdivididas em classes de consumo. A seguir faremos uma análise do comportamento dessas classes em 2012, em comparação a 2011.

O fornecimento de energia elétrica apresentou crescimento de 1,2% em relação ao exercício anterior, passando de 6.322 GWh em 2011 para 6.412 GWh em 2012. A classe residencial responsável por 39,4% do consumo total, apresentou evolução de 2,4%, passando de 2.460 GWh em 2011 para 2.526 GWh em 2012, e a classe comercial, a segunda mais representativa, com participação de 23,1% do consumo total, registrou um crescimento de 5,7%, passando de 1.397 GWh em 2011 para 1.480 GWh em 2012.

O desempenho observado nessas duas classes foi influenciado pelas condições climáticas registradas no Estado, com temperaturas médias próximas as registradas no ano anterior e ocorrência de menor volume de chuvas, quando comparado com 2011. Acrescentando-se a isso, registrou-se o aquecimento do mercado de trabalho, aumento real da renda e expansão do crédito, influenciando diretamente no consumo de energia das classes. Também se verificou expansão dos principais segmentos da classe comercial, (comércio varejista, correios/telecomunicações, outros serviços e atividades, saúde e serviços sociais e atividades imobiliárias), sendo estes responsáveis por 78% do consumo da classe, evoluindo 6,2% em 2012.

O consumo residencial médio apresentou queda de 1,8%, passando de 135 kWh/mês em 2011 para 132 kWh/mês em 2012.

Na classe industrial, a terceira maior em representatividade, com uma participação de 19,1%, o consumo de energia recuou 7,4% em 2012. O fraco desempenho dessa classe foi resultante da retração no consumo dos principais ramos da atividade industrial (metalurgia, minerais não metálicos, madeira, extração/tratamento de minerais e bebidas), responsáveis por 60% do consumo da classe, que juntos apresentaram crescimento negativo de 12,2%.

Também ocorreu a migração de quatro clientes industriais de médio porte para o mercado livre impactando a base de consumo cativo de 2012.

A classe rural cresceu 0,8% devido à concentração das ligações do Programa Luz para Todos (PLPT) na classe residencial de baixa renda a partir de 2010. Anteriormente, a maior parte das ligações do PLPT concentrava-se na classe rural (subclasse residencial rural).

Os principais segmentos da classe rural (residencial rural e agropecuária), responsável por 88% do consumo, apresentaram queda de 0,4%.

#### **ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Um dos fatores que impactaram materialmente nos resultados operacionais da Celpa é do Ambiente Regulatório onde a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.188 de 02 de agosto de 2011, com vigência a partir de 07 de agosto de 2011, prorrogou a vigência das tarifas da CELPA, discriminadas no Anexo I e II-A da Resolução Homologatória nº 1.035, de 03 agosto de 2010, até o processamento definitivo da revisão tarifária desta concessionária.



Tal decisão foi tomada com base nas Resoluções Normativas nº 433 e 471, de 11 de abril e 20 de dezembro de 2011, respectivamente, que estabelecem os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Em função desta prorrogação, o processo da revisão tarifária periódica da CELPA deveria ser homologado até o dia 07 de agosto de 2012 e teria efeito retroativo ao período de 07 de agosto de 2011 a 06 de agosto de 2012.

Em 03 de agosto de 2012, a juíza da 13ª Vara Cível, Drª. Maria Filomena de Almeida Buarque, competente para processar e julgar o pedido de Recuperação Judicial da Empresa, decidiu, nos autos do processo nº 0005939-47.2012.814.0301, pela aplicação imediata do reajuste nas tarifas de Energia Elétrica, sob pena de multa de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Os efeitos desta decisão persistem até hoje.

O Governo Federal publicou a MP 579/2012, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, que tem por objetivo a redução das tarifas de energia elétrica, através da renovação das concessões de geração e transmissão, que venceriam até 2017, exclusão da Cota de Consumo de Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e redução da Cota de Desenvolvimento Energético (CDE), todos encargos setoriais presentes na fatura.

Como resultado da referida lei, em 24 de Janeiro de 2013, foi realizada uma publicação extraordinária de Resolução Homologatória nº 1467, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2013.

#### **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

- Reserva Global de Reversão: Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Companhia em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.
- CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.
- Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.
- PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.
- CDE – Conselho de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.
- P&D : Pesquisa e Desenvolvimento: Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.



Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, (o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória), e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis. O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia. Representa um ajuste referente as flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).
- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.
- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 5 anos, o equilíbrio financeiroeconômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator “X”, que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

Todos esses impactos sobre o resultado da CELPA estão comentados no Item 10.1 deste Relatório.



**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não há até esta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária eventos ou operações não usuais**

Não aplicável.

**c) Eventos ou operações não usuais.**

Não aplicável.





**10.4 Os diretores devem comentar:**

**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.**

Não aplicável.



**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

## **1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS)**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente e quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:



- Provisões;
- Perda no valor recuperável;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Ativo financeiro – bens da concessão;
- Vida útil de ativo intangível;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos;
- Passivos contingentes; e
- Planos de pensão.

#### **e. Gestão do capital**

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

Informações pertinentes aos riscos inerentes a operação da Companhia e a utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na nota explicativa nº 21.

## **2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### **Ativos e passivos financeiros:**

**a. Reconhecimento e Mensuração:** A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

**b. Classificação:** A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Mantidos até o vencimento e (iii) Empréstimos e recebíveis.

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados como mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (*hedge*).

ii. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.



iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

**c. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros:** Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

**Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

**Consumidores:** Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE.

**Perda no valor recuperável (*impairment*):** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e quando um evento subsequente indica reversão da perda, a diminuição é revertida e registrada no resultado.

**a. Ativos financeiros:** Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável de recebíveis. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

**b. Ativos não financeiros:** Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão, estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 5 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é 12,81%, que representa o WACC real setorial.

**Ajuste a Valor Presente:** Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, “Tributos a Recuperar” e “Indenizações Trabalhistas”. As taxas de descontos refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes aos utilizados pelo mercado, equivalente a 12,81%, que representa o WACC real setorial.

**Estoque (inclusive do ativo intangível em curso):** Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.



**Investimentos:** Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

**Intangível:** Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

**Contratos de concessão:** Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. Tais ativos são mensurados pelo valor reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para este ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

**Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica:** Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

**Subvenção e assistência governamental:** As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados a Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.

**Reserva de reavaliação (outros resultados abrangentes):** A sua realização se dá em proporção à amortização, e alienação dos bens integrantes da concessão, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. A Companhia optou por manter os saldos existentes das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme permitido no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

**Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Quando o arrendamento é classificado como operacional, ou seja, seus riscos e benefícios não são transferidos, os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.



**Empréstimos e financiamentos:** Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

**Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

**Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de “Operações de swap” e o resultado apurado na conta “Receitas e Despesas Financeiras” (resultado) e/ou intangível em curso (quando da construção do imobilizado operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são, em sua maioria, com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

**Valor justo:** É a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

**Custo de empréstimos:** Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

**Provisões para contingências:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo



provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

**Outros direitos e obrigações:** Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

**Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano- calendário de 2008. A partir do ano- calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

**Plano de aposentadoria e pensão:** A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como custo e/ou despesas com pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuárias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

**Receita líquida de vendas:** As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

**Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica:** As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo



hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

**Receita e custo de construção:** O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de lucro, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

**Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

**Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação:** O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

**Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

**Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2011, sendo elas:

- Emenda da IAS 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26 - R1): Conceitos e forma de apresentação dos resultados abrangentes. Vigência 1/7/2012;
- Emenda da IAS 12 – Tributos sobre o lucro (CPC 32): Recuperação de ativos mensurados pelo valor justo. Vigência 1/1/2012;
- Emenda da IAS 19 – Benefícios a empregados (CPC 33): Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Vigência 1/1/2013;
- Emenda da IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (CPC 36 - R2): Estabelece a contabilização e divulgação de investimentos em subsidiárias, *joint ventures*, e coligadas quando uma entidade optar, ou for exigida pelos regulamentos locais, apresentar demonstrações financeiras separadas. Vigência em 1/1/2013;
- Emenda da IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada (CPC 18): Prescreve a contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial quando contabilização de investimentos em coligadas e *joint ventures*. Vigência 1/1/2013;
- Emenda da IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39): Apresentar requerimentos para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Vigência 1/1/2014;
- Emenda da IFRS 7 (emitida em outubro/2010) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (CPC 40): Divulgação das informações que permitam aos usuários entender a relação entre os ativos financeiros transferidos que não são desreconhecidos na sua totalidade e os passivos associados e avaliar a natureza e os riscos associados com o envolvimento contínuo da entidade com o ativo financeiro desreconhecido. Vigência 1/7/2011;
- Emenda da IFRS 7 (emitida em dezembro/2011) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (CPC 40): Estabelece novas divulgações a respeito de compensação de saldos de ativos e passivos financeiros. Vigência 1/1/2013;





- IFRS 9 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38): Mantém mas simplifica o modelo de mensuração mista e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. Vigência 1/1/2015;
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas: Modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 11 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto: É extraído da IAS 31 (CPC 19) as entidades controladas em conjunto, em que, embora haja veículos separados, essa separação não é efetiva por alguma razão; e, as entidades que não se enquadrem como uma operação conjunta, deverão ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não é mais permitida a consolidação proporcional. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 12 – Divulgação de investimentos em outras entidades: Requerimentos de divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, *joint arrangements*, coligadas e/ou entidades não consolidadas. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 13 – Mensuração do valor justo: Estabelece critérios de mensuração e divulgação do valor justo quando for requerido ou permitido por outros IFRS. Vigência 1/1/2013;

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

**Reclassificações e correções:** Algumas reclassificações e correções foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras comparativas, conforme o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

**Demonstrações dos resultados abrangentes:** As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia não apurou transações que envolvam registros em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.



**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

**b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.**

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2010, 2011 e 2012, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.



**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

**BONDS:** em junho/2011 foi emitido papel no mercado externo no montante de US\$250,0 milhões com taxa de 10,5% a.a., com pagamentos dos juros semestrais e o principal com pagamento único em junho/2016. Os BONDS são negociados na Irish Stock Exchange (Bolsa de Valores da Irlanda).

**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.**

Os recursos desta operação serão utilizados para pagamentos de operações de curto prazo e com custos mais altos. A utilização dos recursos até dezembro/2011 foi a seguinte:

<b>Valor liberado</b>		<b>395.987</b>
Comissão de estruturação		(8.286)
Liquidação antecipadas de contratos		(224.882)
Pagamentos de parcelas com vencimento em jun/2011		(28.037)
Antecipação de parcelas com vencimento em jul/2011		(13.191)
Pagamentos de parcelas com vencimento em jul/2011		(42.389)
Pagamentos de parcelas com vencimento em ago/2011		(26.632)
Pagamentos de parcelas com vencimento em set/2011		(21.243)
Pagamentos de parcelas com vencimento em out/2011		(22.808)
Pagamentos de parcelas com vencimento em nov/2011		(8.519)
<b>Saldo disponível</b>		-

**b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.**

Não houve desvios de qualquer natureza.

**c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.**

Não aplicável.



**10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não aplicável.



**10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicadas no item 10.8, os diretores devem comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**b) natureza e o propósito da operação.**

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.



**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos 3 anos pela CELPA:

<b>R\$ mil</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Programa Luz Para Todos	45.486	165.273	310.840
Interligação da Ilha de Marajó	35.915	37.320	78.105
Redução de Perdas	93.494	137.444	85.040
Linhas e subestações de distribuição	33.968	59.048	25.181
Manutenção e melhorias do sistema	269.269	253.243	186.437
<b>Total</b>	<b>478.132</b>	<b>652.328</b>	<b>685.603</b>

Os programas atualmente em andamento estão relacionados a seguir:

**PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO:** A principal característica desses Programas é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

**INTERLIGAÇÃO DA ILHA DE MARAJÓ:** esse projeto prevê a interligação do Sistema Isolado da Ilha de Marajó ao Sistema Interligado Nacional, através da extensão da rede elétrica de Tucuruí até a Ilha do Marajó.

**PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS:** são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas da CELPA.

**LINHAS E SUBESTAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO e MANUTENÇÃO / MELHORIAS NO SISTEMA** são investimentos feitos com caixa próprios, ou com recursos financiados por bancos privados ou estatais, destinados a manutenção, ampliação e melhorias do sistema elétrico da Companhia

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Os recursos para Programa Luz Para Todos são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Fonte Própria (aproximadamente 15% é feito com caixa próprio). Os programas de interligação, como o caso da Ilha do Marajó, possui fonte integralmente subsidiada (sub-rogação CCC) e os demais programas, como redução de perdas e manutenção do sistema elétrico, tem como fonte, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bancos privados, BNDES e fonte própria.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não houve desinvestimentos significativos nos últimos três anos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**



Não há qualquer aquisição em vista que influenciará materialmente a capacidade produtiva das subsidiárias da Companhia, além daqueles intrinsecamente necessários à manutenção da concessão, como: transformadores, postes, subestações, linhas de rede, etc.

**c. novos produtos e serviços, indicando:**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não há pesquisas em andamento relevantes já divulgadas.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.



**10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.





**ANEXO II**  
**ANEXO 9-1-II (Instrução CVM 481/09)**  
**destinação do lucro líquido**

(Valores apresentados em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA. registrou prejuízo líquido de R\$696.863 mil em 2012 e, portanto, não há destinação de resultado.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

Não aplicável.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não aplicável.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**



**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

A Companhia registrou os seguintes resultados nos últimos 3 exercícios:

Prejuízo de R\$696.863 em 2012;

Prejuízo de R\$391.162 mil em 2011; e

Prejuízo de R\$100.735 mil em 2010;

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

Não aplicável.

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Não aplicável.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Não aplicável.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável.



**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Não aplicável.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Não aplicável.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável.

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável.

**d. Justificar a constituição da reserva**



Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável.

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não aplicável.

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável.

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais a. Informar o montante destinado à reserva**

Não aplicável.

**b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável.



**ANEXO III**  
**REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**  
**Item 13 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)**

**13.1.** Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia tem por objetivo atrair e reter, motivar e desenvolver executivos com padrão de excelência requerido pela Companhia. As práticas de remuneração objetivam a criação de uma cultura direcionada ao atingimento de resultados, através do alcance e superação de metas que sejam interessantes para a Companhia, colaboradores e acionistas.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal possui como principal objetivo atrair e reter conselheiros independentes com conhecimento do segmento e de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar e monitorar resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado, garantindo as boas práticas de governança corporativa.

Os principais objetivos da política de remuneração dos Diretores Estatutários da Companhia são (i) a motivação, com o objetivo primordial a geração de valor para a Companhia; (ii) a preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição para o resultado da Companhia; e (iii) vincular o desempenho dos Diretores ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, aos seus planos de negócio e objetivos; (iv) alinhar a remuneração dos Diretores com os interesses dos acionistas da Companhia; e (v) otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos visando a atrair e a reter profissionais capacitados e considerados “chave” para a sustentabilidade de seus negócios, tendo práticas competitivas em relação às empresas do mercado com quem atua.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia recebem honorários fixos mensais pelo desempenho de suas funções, alinhados à média de mercado, objetivando atrair e reter conselheiros com conhecimento do segmento e de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar e monitorar resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado, garantindo as boas práticas de governança corporativa. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia não fazem jus à remuneração variável e/ou quaisquer benefícios.

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por honorário fixo mensal, benefícios e participação nos resultados. A remuneração fixa é alinhada à média de mercado e definida através de pesquisa de mercado, utilizando-se a metodologia Hay Group, e objetiva: (i) a motivação, com o objetivo primordial a geração de valor para a Companhia, e (ii) otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos visando a atrair e a reter profissionais capacitados e considerados “chave” para a sustentabilidade de seus negócios, tendo práticas competitivas em relação às empresas do mercado com quem atua. A remuneração variável, por sua vez, é determinada através do atingimento de metas e está atrelada ao valor praticado na Companhia, objetivando: (i) a preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição para o resultado da Companhia; e (ii) vincular o



desempenho dos Diretores ao desempenho operacional e financeiro da Companhia, aos seus planos de negócio e objetivos; (iii) alinhar a remuneração dos Diretores com os interesses dos acionistas da Companhia. Os benefícios recebidos pelos Diretores são: (i) plano de saúde e odontológico, e (ii) auxílio refeição.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Órgão	Honorário Fixo	Benefícios	Variável	Plano de Opções ( <i>Stock Options</i> )
Conselho Fiscal	83%	17%	0%	0%
Conselho de Administração	83%	17%	0%	0%
Diretoria Estatutária	54%	3%	43%	0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo baseia-se na análise e pesquisa periódica que é feita pela Companhia das práticas de mercado que objetiva avaliar a aderência interna dos valores à realidade do mercado selecionado, composto por empresas que apresentam sólidas práticas em recursos humanos, com porte similar ao da Companhia, porém podendo atuar em variados segmentos.

Não há metodologia de reajuste específico para cada um dos componentes da remuneração, tanto para Conselheiros, quanto para Diretores estatutários.

*i. razões que justificam a composição da remuneração:*

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar.

*ii. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:*

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida através de um sistema de gestão de metas, previamente contratadas e alinhadas ao planejamento estratégico da Companhia. Objetivamente, os principais critérios levados em consideração são: *os resultados obtidos pelas controladas da Companhia, execução de iniciativas estratégicas e controle orçamentário.*

*a) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:*

No que tange aos Diretores Estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas formalmente contratadas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

As metas da presidência são desdobradas para cada Diretoria e assim por diante de forma que o alcance das metas de forma segmentada contribua para o resultado da Companhia. Além disso, é necessário que a Companhia atinja um desempenho mínimo desejado para que haja o pagamento da remuneração variável.



Dessa forma, os resultados excepcionais da Companhia também refletem em remuneração variável diferenciada.

b) *como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:*

O formato da remuneração acima descrito busca incentivar os colaboradores a procurar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes.

Buscamos obter tal alinhamento por meio das seguintes perspectivas:

- (i) No curto prazo: salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado;
- (ii) No médio prazo: pagamento de participação nos nossos resultados e bônus, de acordo com o cumprimento de metas pré-estabelecidas; e
- (iii) No longo prazo: outorga de opções de compra de nossas ações aos membros de nossa administração e colaboradores líderes de áreas consideradas estratégicas pela Companhia.

c) *existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:*

Não houve, nos 3 últimos exercícios, bem como no exercício social corrente, parcela da remuneração recebida por administradores ou conselheiros fiscais de Equatorial suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia em função de exercício do cargo na Equatorial.

d) *existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:*

e)

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário.



**13.2.** Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

<b>Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$ mil)</b>				
<b>a. Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	544.000,00	1.671.933,25	139.000,00	2.354.933,25
Salário ou Pró-labore	544.000,00	1.571.933,25	139.000,00	2.254.933,25
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	100.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	846.877,76	12.000,00	858.877,76
Bônus	-	846.877,76	12.000,00	858.877,76
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	544.000,00	2.518.811,01	151.000,00	3.213.811,01

<b>Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2011 (R\$ mil)</b>				
<b>a. Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
b. Número de Membros	8	5	5	18
c.i. Remuneração fixa anual	672.000,00	1.738.396,16	207.000,00	2.617.396,16
Salário ou Pró-labore	672.000,00	1.580.433,12	207.000,00	2.459.433,12
Benefícios diretos e indiretos	-	1.580.433,12	-	157.963,04
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	684.411,08	-	684.411,08
Bônus	-	684.411,08	-	684.411,08
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-





e. Total da remuneração dos Órgãos	672.000,00	2.422.807,24	207.000,00	3.301.807,24
------------------------------------	------------	--------------	------------	--------------

(\*) A remuneração prevista para o exercício de 2010, não foi integralmente realizada pois alguns integrantes da Administração não receberam remuneração da Companhia.

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2012 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8,17	4,08	4,92	
c.i. Remuneração fixa anual	686.000,00	1.641.010,49	202.200,00	2.529.210,49
Salário ou Pró-labore	686.000,00	1.552.388,80	202.200,00	2.440.588,80
Benefícios diretos e indiretos	-	88.621,69	-	88.621,69
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	1.227.586,21	-	1.227.586,21
Bônus	-	1.227.586,21	-	1.227.586,21
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	686.000,00	2.868.596,70	202.200,00	3.756.796,70

(\*\*) As tabelas acima não incluem os encargos e provisões legais.

Remuneração prevista para o Exercício de 2013 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7,66	5	20,66
c.i. Remuneração fixa anual	907.200,00	3.512.875,44	230.400,00	4.650.475,44
Salário ou Pró-labore	756.000,00	2.800.000,00	192.000,00	3.748.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	200.875,44	-	200.875,44
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros (INSS)	151.200,00	560.000,00	38.400,00	749.600,00
c.ii. Remuneração variável (***)	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela	-	-	-	-



cessação do exercício do cargo				
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	907.200,00	3.512.875,44	230.400,00	4.650.475,44

(\*\*\*) Remuneração variável pendente de aprovação para o exercício de 2013 por conta da definição das metas.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	846.877,76	12.000,00	858.877,76
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.	-	846.877,76	12.000,00	858.877,76
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos 3 exercícios sociais.	-	-	-	-

(\*) A remuneração variável prevista para o exercício de 2010, não foi integralmente realizada, pois alguns integrantes da administração não receberam remuneração da Companhia.

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2011 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8	5	5	18
c. Em relação ao Bônus:	-	684.411,08	-	684.411,08
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.	-	-	-	-
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de	-	-	-	-



remuneração				
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos 3 exercícios sociais.	-	-	-	-

<b>Remuneração reconhecida no resultado do Exercício de 2012 (R\$ mil)</b>				
<b>a. Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	1.227.586,21	-	1.227.586,21
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.	-	-	-	-
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos 3 exercícios sociais.	-	-	-	-

(\*\*) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

**Remuneração variável pendente de aprovação para o exercício de 2013 por conta da definição das metas.**



**13.4.** Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.



**13.5.** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Celpa - Centrais Elétricas do Pará S.A.										
Órgão	Ações detidas diretamente				Ações detidas indiretamente				Ações detidas total	
	Ordinárias	Preferenciais A	Preferenciais B	Preferenciais C	Ordinárias	Preferenciais A	Preferenciais B	Preferenciais C		
Conselho de Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



**13.6.** Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.



**13.7.** Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.



**13.8.** Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.





**13.9.** Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.



**13.10.** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável



13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

**Em relação ao Exercício de 2010 (Valores Anuais):**

**Conselho de Administração**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	84.000	84.000	84.000

**Diretoria Estatutária**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	480.000	240.000	360.000

**Conselho Fiscal**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

**Em relação ao Exercício de 2011 (Valores Anuais):**

**Conselho de Administração**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	84.000	84.000	84.000

**Diretoria Estatutária**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	480.000	240.000	360.000

**Conselho Fiscal**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

**Em relação ao Exercício de 2012 (Valores Anuais):**

**Conselho de Administração**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8,17	100.800	100.800	100.800

**Diretoria Estatutária**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
4,08	838.675	838.675	838.675

**Conselho Fiscal**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
4,92	49.350	49.350	49.350



**13.12.** Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

**Resposta:** Não aplicável.



**13.13.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

<b>Exercício de 2010 (R\$ mil)</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Percentual da Remuneração Total	11,96%	82,39%	5,65%

<b>Exercício de 2011 (R\$ mil)</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Percentual da Remuneração Total	14,13%	81,08%	4,79%

<b>Exercício de 2012 (R\$ mil)</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Percentual da Remuneração Total	66,6%	0,00%	0,00%



**13.14.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

**Resposta:** Não aplicável.



**13.15.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

**Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2010  
(R\$)**

Controladora	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>REDE</b>				
Remuneração Global	306.000,00	-	18.000,00	324.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>CEMAT</b>				
Remuneração Global	420.000,00	-	92.520,00	512.520,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>ENERSUL</b>				
Remuneração Global	108.000,00	1.080.000,00	-	1.188.000,00

**Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2011  
(R\$)**

Controladora	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>REDE</b>				
Remuneração Global	306.000,00	160.000,00	30.000,00	496.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>CEMAT</b>				
Remuneração Global	336.000,00	520.000,00	72.000,00	928.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>ENERSUL</b>				
Remuneração Global	72.000,00	1.180.000,00	-	1.252.000,00



**13.16.** Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

**Resposta:** Não aplicável.





**ANEXO IV**  
**CANDIDATOS AOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**  
**Itens 12.6 a 12.10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 481/09)**

**12.6 – Em relação aos candidatos a membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:**

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções	Eleito pelo controlador?
Ana Marta Horta Veloso	45	Economista	804.818.416-87	Conselheiro de Administração	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
Armando de Souza Nascimento	33	Advogado	632.775.733-20	Conselheiro de Administração	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
Augusto Miranda da Paz Júnior	55	Engenheiro	197.053.015-49	Conselheiro de Administração	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
Carlos Augusto Leone Piani	40	Administrador de Empresas	025.323.737-84	Conselheiro de Administração	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
Eduardo Haiama	38	Empresário	257.355.548-83	Conselheiro de Administração	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
Felipe Oppenheimer Pitanga Borges	35	Advogado	079.127.867-08	Conselheiro de Administração	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
Firmino Ferreira Sampaio Neto	66	Empresário	149.224.538-06	Conselheiro de Administração	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
José Guilherme Cruz Souza	42	Engenheiro Elétrico	003.669.617-05	Conselheiro de Administração	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
Wilson Coub Oliveira		Engenheiro Elétrico	106.766.195-68	Conselheiro de Administração	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
Sérgio Passos Ribeiro	40	Administrador de empresas	026.246.867-03	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
Felipe Sousa Bittencourt	35	Administrador	078.366.387-07	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
Renato Moritz	41	Administrador	012.016.617-81	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
Carlos Eduardo Martins e Silva	30	Economista	095.296.317-58	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
Paulo Roberto Franceschi	62	Auditor	171.891.289-72	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A
Vanderlei Dominguez da Rosa	50	Contador	422.881.180-91	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	N/A	N/A	N/A	Não há	N/A

**12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não há.

**12.8 – Em relação aos candidatos a membros do conselho fiscal do emissor, fornecer:**

**a) currículo:**

Ana Marta Horta Veloso – 804.818.416-87

A Sra. Veloso ingressou na Equatorial Energia em 2008. Atuou anteriormente (2006/2008) no UBS Pactual, na gestão de recursos dos ex-sócios do Pactual, com foco em investimentos de longo prazo. Antes disso, trabalhou por 12 anos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. No BNDES, ocupou vários cargos executivos, principalmente na área de mercado de capitais, realizando operações de renda variável e acompanhando posições da carteira da BNDESPAR. Foi também membro do Conselho de Administração de diversas empresas: Klabin S.A. (titular- 2003/04), CVRD (suplente - 2003/04), Acesita S.A. (titular - 2003/04), Valepar S.A. (titular - 2003), Net Serviços de Comunicação S.A. (titular - 1999). De agosto de 2000 a agosto de 2001, foi analista sênior dos setores elétrico, saneamento e media da área de pesquisa de renda variável do Banco Pactual. Atualmente, é conselheira da CEMAR mas também já foi parte integrante do Conselho da Light S.A. e da Light SESA. A Sra. Veloso é graduada em Ciências Econômicas pela UFMG, com mestrado em Economia Industrial pela UFRJ.

A Sra. Veloso não esteve sujeita aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa,



que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

---

Armando de Souza Nascimento – 632.775.733-20

O Sr. Nascimento é formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão desde 2005 e possui MBA em Gestão de Negócios de Energia Elétrica pela FGV-RJ concluído em 2011. Desde novembro de 2012 o Sr. Nascimento é Gerente Jurídico da Celpa. Anteriormente atuou na CEMAR desde abril de 2006 até novembro de 2012, sendo que a partir agosto de 2008 o Sr. Nascimento se tornou Executivo Jurídico da companhia. De maio de 2006 até junho de 2010 o Sr. Nascimento atuou no escritório Souza & Veras Advocacia e Consultoria como advogado consultor na área de Direito Civil, Administrativo e Ambiental.

O Sr. Nascimento não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

Augusto Miranda da Paz Júnior – 197.053.015-49

O Sr. Miranda é Diretor Presidente da CEMAR desde abril de 2010. De 2007 a 2010, foi Diretor Vice-Presidente de Operações e, anteriormente, foi Diretor de Engenharia da CEMAR desde julho de 2004. O Sr. Miranda é experiente executivo com mais de 20 anos no setor elétrico. Antes de ingressar na CEMAR, o Sr. Miranda exerceu diversos cargos nas áreas de gestão da manutenção do sistema elétrico na COELBA, sendo também representante da COELBA junto ao CCON. O Sr. Miranda é engenheiro eletricista formado pela Universidade Federal da Bahia, com especialização em Gestão de Manutenção promovida pela Eletrobrás em convênio com a PUC/RJ e a Escola Federal de Engenharia de Itajubá/MG e MBA em gestão de empresas de energia elétrica pela FGV/SP.

O Sr. Miranda não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

Carlos Augusto Leone Piani – 025.323.737-84

O Sr. Piani é Diretor da Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda. desde abril de 2010, sendo co-responsável pela área de Private Equity. Adicionalmente, o Sr. Piani é presidente da PDG Realty S.A., empresa de capital aberto, Conselheiro da Companhia Mineira de Açúcar e Alcool Participações e da Unidas S.A. desde julho de 2011 e Presidente do Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. e membro do Conselho de Administração da controlada CEMAR (empresa de capital aberto), desde abril de 2010 e março de 2006, respectivamente. Na Companhia, também foi membro do Conselho de Administração entre novembro de 2008 e abril de 2010 e diretor presidente entre março de 2007 e abril de 2010. Na CEMAR, também foi Vice-Presidente Administrativo Financeiro entre maio de 2004 e março de 2006 e Diretor Presidente entre março de 2006 e abril de 2010. Antes, trabalhou durante 6 anos no Banco Pactual. Entre 2000 e 2004, coordenou a gestão de fundos de capital de risco administrados pela Área de Investimentos do Banco. Neste período, atuou como membro do conselho de administração da Proteus Soluções em Tecnologia da Informação S.A., Visionnaire S.A., Extracta Moléculas S.A., Padtec S.A., Pini S.A., Automatos International Ltd. e SpringWireless Ltd. e como conselheiro fiscal suplente da Eletropaulo Metropolitana Energia Elétrica de São Paulo S.A. (de abril de 2003 a março de 2004). Entre 1998 a 2000, trabalhou na área de Finanças Corporativas em operação voltadas para os setores de infra-estrutura. Antes do Pactual, trabalhou em 1997 na Ernst & Young como analista do Departamento de Business Valuation. O Sr. Piani é graduado em Informática pela PUC-RJ e em Administração de Empresas pelo IBMEC. Além disso, obteve o título de CFA *Charterholder* pelo CFA *Institute* em 2003 e concluiu o curso *Owners and President Management (OPM) Program* da Harvard Business School em 2008.



Principais funções nos últimos cinco anos:

De 2012 a 2012:

Empresa: PDG Realty S/A – empresa do setor imobiliário brasileiro com atuação nacional.

Cargo / Função: Presidente – principal executivo da empresa responsável pela implementação das diretrizes do Conselho de Administração e pela gestão operacional da empresa.

De 2010 a 2012:

Empresa: Vinci Partners – empresa especializada na gestão de investimentos alternativos e assessoria financeira.

Cargo / Função: Co-Responsável pela Área de Longo Prazo – responsável pelos investimentos de longo prazo sob gestão da Vinci Partners bem como na estratégia de captação relacionada a essa área.

De 2007 a 2010:

Empresa: Equatorial Energia S/A – holding com foco em investimentos no setor elétrico brasileiro e controlador da CEMAR, CELPA e GERAMAR.

Cargo / Função: Presidente – principal executivo da Companhia responsável pela implementação das diretrizes do Conselho de Administração bem como na análise de novos potenciais negócios.

O Sr. Piani não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

Eduardo Haiama – 257.355.548-83

O Sr. Haiama ingressou na Equatorial Energia em 2008, tendo trabalhado anteriormente no Banco UBS Pactual na área de pesquisa de renda variável como analista sênior do setor elétrico e de saneamento entre 2004 e 2008. Foi premiado nos últimos dois anos como um dos melhores analistas pela Institutional Investor. Antes disso, trabalhou como analista de produtos estruturados para o banco ItaúBBA (ex- BBA Creditanstalt). Graduiu-se pela Escola Politécnica da USP em engenharia elétrica e possui pós-graduação (MBA) pela Duke University.

O Sr. Haiama não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

Felipe Oppenheimer Pitanga Borges – 079.127.867-08

O Sr. Borges atuou no Banco Original S.A. entre 2009 e 2012, onde foi seu Diretor Jurídico de março de 2011 a fevereiro de 2012, também já foi membro integrante da Coordenação Contratual e Tributária do Banco UBS Pactual S.A. desde março de 2007 até setembro de 2008. Sua experiência profissional também compreende atuação em diversas áreas em Escritórios de Advocacia como Ulhôa Canto Advogados entre 1999 e 2001 e novamente de 2004 a 2007, Mattos Filho Advogados entre outubro de 2003 e 2004 e Vellozo Advogados entre 2001 e 2003. O Sr. Borges é graduado em Direito pela USP desde 2001 e possui mestrado em Direito Tributário pela PUC-SP desde 2007.

O Sr. Borges não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.



---

Firmino Ferreira Sampaio Neto – 149.224.538-06

O Sr. Sampaio foi Presidente do Conselho de Administração da Equatorial Energia de março de 2006 a abril de 2010 e Conselheiro da controlada CEMAR, empresa de capital aberto, desde maio de 2004. Sr. Sampaio Neto foi presidente da Eletrobrás, empresa de capital aberto, entre os anos de 1996 e 2001 e Presidente da Eletrobrás Termonuclear entre os anos de 2000 e 2001. O Sr. Sampaio Neto foi Presidente e Diretor Financeiro da COELBA, empresa de capital aberto, por 14 anos e, a partir de 1996, membro do Conselho de Administração de Furnas, Itaipu Binacional, CHESF, Eletrosul, Gerasul, CEMIG, ENERSUL, CEMAT e LIGHT em períodos distintos. O Sr. Sampaio Neto é graduado em Economia pela UFBA e pós-graduado em Planejamento Industrial pela SUDENE/IPEA/FGV.

De 2010 a 2012:

Empresa: Equatorial Energia S/A – holding com foco em investimentos no setor elétrico brasileiro e controlador da CEMAR, CELPA e GERAMAR.

Cargo / Função: Presidente – principal executivo da Companhia responsável pela implementação das diretrizes do Conselho de Administração bem como na análise de novos potenciais negócios.

De 2007 a 2010:

Empresa: Equatorial Energia S/A – holding com foco em investimentos no setor elétrico brasileiro e controlador da CEMAR, CELPA e GERAMAR.

Cargo / Função: Presidente do Conselho – responsável pela gestão das reuniões de conselho e definição das diretrizes da Companhia e suas controladas.

O Sr. Sampaio não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

José Guilherme Cruz Souza – 003.669.617-05

O Sr. Souza é sócio e membro da equipe de Private Equity da Vinci Partners. Trabalhou desde 2005 no Banco Pactual como cogestor dos R\$ 1,2 bilhão do FIP Brasil Energia, sendo responsável pela prospecção, análise e estruturação de negócios, além de membro do conselho de administração das empresas do fundo. Antes disso, atuou como consultor de gestão para a Stern Stewart & Co. de 2001 a 2004. Atuou ainda, durante cinco anos, na área de *Equities Sales & Trading* do Citigroup Asset Management e do Banco Graphus. É formado em Engenharia Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá, e tem MBA com concentrações em finanças e contabilidade corporativa pela Universidade de Rochester, Nova York, onde concluiu o curso com o prêmio Beta Gamma Sigma.

O Sr. Souza não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

Wilson Couto Oliveira – 106.766.195-68

O Sr. Oliveira ocupou o cargo de Diretor Técnico e Comercial da Energisa Sergipe e Energisa Paraíba, empresas do grupo Energisa. Também foi Diretor de Gestão Territorial da Coelba, empresa do grupo Neoenergia. O Sr. Oliveira é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, concluiu o curso de MBA em Administração pela Universidade de Salvador – UNIFACS; concluiu o curso de MBA em Administração para Executivos do Setor de Energia Elétrica – CEADE III, ministrado pela Faculdade de Economia e Administração da USP; concluiu o curso de mestrado em Regulação da Indústria de Energia Elétrica pela UNIFACS.

---



---

Sérgio Passos Ribeiro – 026.246.867-03

Sérgio Passos é sócio e responsável pelo controle financeiro e operacional da Vinci Partners. Juntou-se ao Banco Pactual em 1998, onde atuou como responsável pela área fiscal e a partir de 2006 até 2009 assumiu também a função de responsável pela área contábil. Antes do Pactual, foi consultor tributário da PriceWaterhouseCoopers. Sérgio Passos é graduado em Administração de Empresas e Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula, possui MBA em Finanças pelo IBMEC RJ.

O Sr. Passos não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

Felipe Sousa Bittencourt – 078.366.387-07

Sr. Bittencourt é sócio da Vinci Partners e responsável pela área de M&A do grupo. Ele se juntou ao UBS Pactual Alternative Investments (“PCP”) no início de 2008, como membro da equipe de *Private Equity*, tendo focado na originação, análise, seleção, execução e monitoramento de investimentos do fundo PCP. Anteriormente, entre 1998 e 2007, Sr. Bittencourt trabalhou no Banco JPMorgan na área de finanças corporativas. Ele se envolveu em diversas transações na América Latina de M&A, *equity*, captação de dívida, reestruturação financeira, dentre outras, tendo trabalhado no escritório do Banco em Nova Iorque por aproximadamente 5 anos. Sr. Bittencourt é graduado pela faculdade IBMEC, Rio de Janeiro, e possui pós-graduação (MBA) pela Universidade de Columbia, Nova Iorque. Atualmente, o Sr. Bittencourt é também membro suplente do conselho fiscal da CEMAR.

O Sr. Bittencourt não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

Renato Moritz – 012.016.617-81

O Sr. Moritz integra a equipe de *Private Equity* da Vinci Partners, na qual ingressou na data de sua incorporação, em Setembro de 2009. Ingressou no Banco Pactual em 1997 na área de controladoria internacional, onde permaneceu por 13 anos. Em 1999, tornou-se sócio da instituição. Em 2009, incorporou a coordenação das funções de Administração e Operações da área internacional do banco. No período de 1992 a 1996 trabalhou como auditor na Arthur Andersen. É formado em Administração de Empresas pela Universidade Candido Mendes.

O Sr. Moritz não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

Carlos Eduardo Martins e Silva – 095.296.317-58

O Sr. Martins é gestor de investimentos de *private equity* da Vinci Partners desde outubro de 2009 e membro do conselho de administração de diversas subsidiárias do Grupo Los Grobo, umas das maiores empresas de agronegócios da América do Sul. Anteriormente, trabalhou no UBS Pactual na área de Investimentos de Longo Prazo como um dos gestores do fundo PCP a partir de 2008. Além disso, trabalhou no Credit Suisse como analista de investimentos na área de Pesquisa sendo parte do time eleito pela Revista Institutional Investor como primeiro lugar em análise dos setores de Agribusiness e Saúde para América Latina em 2008, segundo e terceiro lugar em



Transportes para Brasil e América Latina em 2006 e 2007, respectivamente. Carlos Eduardo é formado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Università degli Studi di Bologna (Bolonha, Itália).

O Sr. Martins não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

Paulo Roberto Franceschi – 171.891.289-72

O Sr Paulo Roberto é sócio da AUDICONTROL Auditoria e Controle, escritório de auditoria independente e consultoria nas áreas contábil e fiscal, desde 1995. Como Sócio sênior, tem como responsabilidade a condução estratégica do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios e a administração geral da empresa. Trabalhou em Auditoria Internacional por 18 anos antes de estabelecer a sociedade Audicontrol. Além disso, participa também do Conselho Fiscal da Bematech S.A. - sociedade de capital aberto - há 6 anos e do Conselho Econômico da Mitra Arquidiocese de Curitiba há 5 anos e do Conselho Executivo de uma empresa familiar há 9 anos. Participou também do Conselho Fiscal de uma sociedade de capital fechado com atuação no ramo químico para o exercício de 2008 e do Comitê de Auditoria, como órgão de assessoria ao Conselho de Administração, da Positivo Informática S.A. - sociedade de capital aberto, para os exercícios de 2007 e 2008. O Sr. Paulo Roberto cursou Ciências Econômicas pela FAE Business School e Ciências Contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná.

O Sr. Franceschi não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

Vanderlei Dominguez da Rosa – 422.881.180-91

O Sr. Dominguez é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em cursos de extensão em Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contabilidade de Custos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É sócio-executivo da empresa HB Audit – Auditores Independentes S.S. e sua principal função é a de executar, revisar e supervisionar os trabalhos de auditoria independente e é o responsável técnico perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Atua como membro efetivo do Conselho Fiscal das empresas: Odontoprev S.A., operadora de planos odontológicos; Tegma Gestão Logística S.A., transporte, armazenamento e logística; Triunfo Participações e Investimentos S.A., do setor de infraestrutura, com participação em empresas atuantes na administração de serviços públicos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia elétrica; e como membro suplente do conselho fiscal das empresas: Padtec S.A., empresa voltada ao desenvolvimento, fabricação e comercialização de comunicações ópticas; IdéiasNet S.A., área de tecnologia; MPX Energia S.A., geração de energia. Atuou como membro do Conselho Fiscal das empresas Tupy S.A., Marisol S.A., Inepar – Indústria e Construções S.A., Brasil Ferrovias S.A. e Bematech S.A.

O Sr. Rosa não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

Em relação aos indicados não há, nos últimos 5 anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.



Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores da Companhia; (b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; (d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

O sr. Augusto Miranda da Paz Júnior também é Diretor-Presidente da coligada CEMAR.

O sr. Eduardo Haiama é também Diretor de Relações com Investidores da coligada CEMAR.

Os srs. Firmino Sampaio, Eduardo Haiama, Ana Marta Veloso e Felipe Borges também são diretores da Equatorial Energia.

Os srs. Firmino Sampaio, Eduardo Haiama e Ana Marta Veloso são também conselheiros de administração da coligada CEMAR.

O sr. José Guilherme Cruz Souza é Conselheiro Fiscal suplente da Equatorial Energia e da coligada CEMAR.

Os srs. Sérgio Passos, Felipe Bittencourt, Paulo Roberto Franceschi e Vanderlei da Rosa são também conselheiros fiscais da Equatorial Energia.

Os srs. Sérgio Passos, Felipe Bittencourt e Carlos Eduardo Martins e Silva são também conselheiros fiscais da coligada CEMAR.